



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 76/2021

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 28/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pelo prefeito Martins Dias de Oliveira, sob a justificativa de que a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de mão de obra, visando reformas e pequenas manutenções em prédios da prefeitura é necessária para melhorar o ambiente de trabalho dos servidores públicos e da população.

A contabilidade da prefeitura forneceu atestado de existência de dotação orçamentária para a contratação.

Estão anexados os parâmetros de preços fornecidos por empresas do ramo. A engenheira Weimar Quirino Jorge apresentou planilha de itens com a composição dos custos segundo os critérios SINAPI – 114/2021.

Estão anexados ainda o Edital, O Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e Contrato.



FUNDAMENTAÇÃO:

A de emissão de Parecer Jurídico, é atendida conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

Fones: 65 3225-1181 - 3225-1139 - Telefax: (65) 3225-1350



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O objeto da licitação deve ser descrito de forma a traduzir a real necessidade do Poder Público. a Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

A descrição do objeto no Edital e Anexos carece de detalhes significativos tais como o local de prestação dos serviços, para que a concorrente tenha melhores condições de apresentar propostas. Na planilha de itens e composição de preços estão elencadas as funções, u quantidades de diárias, e valores. O edital não trata da responsabilidade tributária e encargos trabalhista, eis que a quantidade de diárias tomadas pode configurar vínculo empregatício.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)



Fones: 65 3225-1181 - 3225-1139 - Telefax: (65) 3225-1350

Rua Arnaldo Jorge da Cunha, nº 444 - CEP 78.240-000 - Porto Esperidião - Mato Grosso
E-mail: pmperper@terra.com.br **Site:** pmportoesperidiao.com.br



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas cartas convites.

No caso, o Termo de Referência estima as quantidades de diárias a serem contratadas, mas não a efetiva quantidade que será necessária, haja vista que que depende da demanda apresentada no decorrer da validade da ata de registro de preços, portanto, vislumbram-se situações que justificam o SRP.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º “caput” da Lei de licitações. Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais

Fones: 65 3225-1181 - 3225-1139 - Telefax: (65) 3225-1350

3



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

No caso, o Edital, anexos e a minuta de Contrato, sanadas as ressalvas, atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 17 de novembro de 2021.

José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

José de Barros Neto
CAB-MT 9341/11



Fones: 65 3225-1181 - 3225-1139 - Telefax: (65) 3225-1350

4

Rua Arnaldo Jorge da Cunha, n° 444 - CEP 78.240-000 - Porto Esperidião - Mato Grosso

E-mail: pmperper@terra.com.br

Site: pmportoesperidiao.com.br